CENTRO EDUCACIONAL DE ENSINO SUPERIOR DE PATOS

FACULDADES INTEGRADAS DE PATOS CAMPINA GRANDE

CURSO DE BACHARELADO EM PSICOLOGIA

ADRIANO DANTAS MOTTA FILHO

ADOLESCÊNCIA E SUAS VICISSITUDES NA PSICANÁLISE: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA

CAMPINA GRANDE – PB

2024

ADRIANO DANTAS MOTTA FILHO

ADOLESCÊNCIA E SUAS VICISSITUDES NA PSICANÁLISE: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do Título de Bacharel em Psicologia pelas Faculdades Integrada de Patos – FIP - CG.

Orientador (a): Myrna Agra Maracajá

Co-orientador (a): Edgley Duarte de Lima

CAMPINA GRANDE – PB

2024

ADRIANO DANTAS MOTTA FILHO

ADOLESCÊNCIA E SUAS VICISSITUDES NA PSICANÁLISE: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do Título de Bacharel em Psicologia pelo Centro Universitário UNIFIP CG.

Orientador (a): Myrna Agra Maracajá

Co-orientador (a): Edgley Duarte de Lima

Conceito:_____Data: _____

Myrna Agra Maracajá *(Orientadora)*

Edgley Duarte de Lima *(Co-orientador externo)*

Juliana Gama *(Examinadora interna)*

Thiago Silva Fernandes *(Examinador interno)*

CAMPINA GRANDE – PB

2024

FICHA CATALOGRÁFICA
Dados de Acordo com AACR2, CDU e CUTTER
Biblioteca FIP

Motta Filho, Adriano Dantas.
M245a ADOLESCÊNCIA E SUAS VICISSITUDES NA PSICANÁLISE: uma revisão sistemática da literatura ./ Adriano Dantas Motta Filho. – Campina Grande – PB: FIP, 2025.
41 fls.

Orientador (a): Myrna Agra Maracajá
Co-orientador (a): Edgley Duarte de Lima
Monografia Graduação Bacharelado em Psicologia

1. Adolescência. 2. Psicanálise. 3. Clínica. 4. Contemporaneidade. I. Título II. Faculdades Integradas de Patos – FIP.

FIP/BC CDU: 159.9

Francisco das Chagas Leite – Bibliotecário. CRB 15/0076

EPÍGRAFE

"[...] o adolescente contempla um céu de incertezas [...] para adquirir os emblemas que o designam como ocupante de um lugar social, digno de um *status*" (Campos & Rosa, p. 672).

RESUMO

O que há de novo na adolescência e o que se atualiza para o sujeito adolescente, enquanto mal-estar na atualidade, nos faz considerar que é certo como as mutações da nossa época produzem efeitos nos modos de subjetivação, que se traduzem em novas produções sintomáticas e formas de sofrimento. Com os adolescentes não é diferente. Partindo disso, realizamos uma revisão sistemática da literatura, na produção científica nacional, a respeito do tema "adolescência e psicanálise", com o objetivo de identificar e analisar as produções, dos últimos cinco anos, que discutissem a questão da adolescência na clínica psicanalítica, seus impasses e possibilidades de escuta do sujeito adolescente nos mais diversos contextos e dispositivos de atuação. Os artigos selecionados foram exaustivamente lidos e fichados, buscando extrair e explorar as suas principais informações, conferindo o caráter qualitativo de nossa pesquisa. As informações desses artigos foram sistematizadas e divididas a partir das aproximações temáticas, além de seus objetivos e metodologias. Com isso, apostamos na dimensão heurística da Análise de Conteúdo de Bardin, orientados pelo desejo de traçar o panorama das pesquisas em psicanálise e suas práticas no campo da adolescência. Lançamos uma leitura contextualizada da noção de desamparo na psicanálise para tratar de um sujeito da adolescência que fala de um lugar de exclusão e segregação. Logo, verificamos que a escuta da/o psicanalista cumpre a função de testemunha e reconhecimento, oferecendo condições para que o sujeito adolescente se coloque em uma posição ativa na construção de respostas para as suas tensões, que, por vezes, são barradas pelo campo de batalha constituído entre os seus modos de expressão e as prescrições sociais sobre o seu comportamento.

Palavras-chave: Adolescência. Psicanálise. Clínica. Contemporaneidade.

ABSTRACT

What is new in adolescence, and what is updated for the adolescent subject, as a discomfort in the present time, leads us to consider that it is clear how the mutations of our era produce effects on modes of subjectivation, which translate into new symptomatic productions and forms of suffering. It is no different with adolescents. Based on this, we conducted a systematic literature review of national scientific production on the theme of "adolescence and psychoanalysis," aiming to identify and analyze works from the last five years that discuss adolescence in psychoanalytic clinical practice, its impasses, and the possibilities of listening to the adolescent subject in various contexts and intervention settings. The selected articles were thoroughly read and cataloged, seeking to extract and explore their main information, ensuring the qualitative nature of our research. The information from these articles was systematized and divided based on thematic approaches, as well as their objectives and methodologies. Thus, we relied on the heuristic dimension of Bardin's Content Analysis, driven by the desire to outline the panorama of research in psychoanalysis and its practices in the field of adolescence. We propose a contextualized reading of the notion of helplessness in psychoanalysis to address an adolescent subject who speaks from a place of exclusion and segregation. Thus, we verified that the psychoanalyst's listening fulfills the function of witnessing and recognizing, providing conditions for the adolescent subject to take an active position in constructing responses to their tensions, which are sometimes blocked by the battlefield formed between their modes of expression and social prescriptions about their behavior.

Keywords: Adolescence. Psychoanalysis. Clinic. Contemporaneity.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. *Fontes pesquisadas na revisão de literatura*.....13

Tabela 2. *Número de textos identificados por palavras de busca e tipo de produção textual*..14

Tabela 3. *Número de textos selecionados após refinamento*.....14

SUMÁRIO

1 Introdução .....p. 09

2 Método .....p. 11

2.1 *Corpus* de análise.....p. 13

2.2 Procedimentos de análise….....p. 14

3 Resultados e Discussão.....p. 14

3.1 Adolescentes em conflito com a lei e vulnerabilidade social.....p. 14

3.2 Corpos docilizados: a patologização e medicalização da adolescência.....p. 21

3.3 Adolescência, corpo e ato.....p. 25

3.4 Gênero e Sexualidade.....p. 27

3.5 Desafios do manejo da transferência na clínica psicanalítica com adolescentes.....p. 29

4 Considerações finais.....p. 34

Referências.....p. 36

1 Introdução

Etimologicamente, a palavra adolescência deriva do latim *adulescens* ou *adolescens,* que significa crescer. Logo, diferentemente de uma perspectiva que a toma como uma fase natural do desenvolvimento humano, a concebemos como fenômeno sociocultural, fruto de um conjunto de fatores sociais, culturais, políticos, econômicos e subjetivos advindos da modernidade (Santos, Xavier & Nunes, 2009). Todavia, não podemos desconsiderar os marcadores biológicos, a exemplo da puberdade, que servem para delimitá-la como uma fase de transição entre a infância e a vida adulta.

Define-se, pois, a adolescência como um período não-natural, materializado por um conjunto de discursos que configuram determinados lugares e posições para os sujeitos que nela se encontram (Santos, Xavier, & Nunes, 2009). Em outras palavras, enquanto fenômeno psicossocial, a adolescência pode ser interpretada de acordo com os signos e os valores compartilhados por uma determinada sociedade. Isto é, o momento histórico reflete o sentido a ser atribuído para essa fase de transição, implicando dizer que a noção que tomamos para a adolescência se distancia de uma perspectiva essencialista e naturalizante desta fase da vida (Castro & Guareschi, 2008; Alberti, 2009, 2010).

Ao demarcar a adolescência como uma produção sociocultural, nos deparamos com as contribuições de Miller (2016, p. 20), que afirma ser possível tomar o fenômeno a partir de várias perspectivas: cronológica, biológica, psicológica, comportamental, cognitiva, estética ou artística etc., o que implica em dizer que "a adolescência é uma construção". Logo, à cada adolescente, uma adolescência, já que o fenômeno precisa ser analisado levando em consideração o contexto social deste sujeito, sem perder de vista também a dimensão singular que o atravessa, ou seja, o que cada um faz com a experiência que lhe é possível.

A adolescência não é, portanto, um conceito psicanalítico, mas um significante mobilizado pela cultura para nomear esse momento que marca a passagem da infância para a vida adulta, um conceito que floresceu em decorrência da separação entre jovens e adultos, na modernidade, e que depende, principalmente, do tempo lógico de cada um nessa transição (Lacadeé, 2016; Veras, 2016).

Nos *'Três ensaios sobre a teoria da sexualidade'*, Freud (1905/2016) dedica o último ensaio exclusivamente às transformações da puberdade e, principalmente, à passagem do autoerotismo ao prazer sexual ligado ao objeto. Diante desta "tempestade de pulsões e movimentos identificatórios" (Veras, 2016, p. 100), de Freud à Lacan, a adolescência é marcada por um momento no qual está em jogo para o sujeito: 1) a saída da infância,

operação que não se dá sem seus efeitos, 2) o encontro com o real do sexo e 3) a reatualização do narcisismo, na formulação da pergunta sobre o desejo do Outro e das identificações (Lacadeé, 2016).

Lacadée (2016) também compreende que a adolescência é uma resposta sintomática, mobilizada pelo sujeito para significar o mal-entendido do seu próprio corpo. Afinal, o excesso de libido pode escapar a compreensão, haja vista que o real da puberdade confronta o sujeito com um furo no seu saber sobre o sexo, evidenciando-se nos níveis imaginário (onde o sujeito é confrontado com as modificações da imago infantil), simbólico (onde o sujeito pode perceber a presença de um real sem nome, que modifica sua imagem) e real (nível onde o sujeito se confronta com o gozo e a não-relação sexual).

Desse modo, diferentes representações estão implicadas na busca pela compreensão da adolescência, materializadas, por vezes, na figura do sujeito rebelde e desafiador. Todavia, o que parece estar em jogo é o controle do corpo adolescente, imposto pela moratória que prescreve e, que, com certa frequência, determina como tornar-se um "bom" adulto. Assim, diante do impasse entre privação *versus* liberdade, o adolescente "é frustrado pela moratória imposta e, ao mesmo tempo, a idealização social da adolescência lhe ordena que seja feliz" (Calligaris, 2009, p. 18). Porém, é preciso contextualizar que essa contradição extrapola as condições de pertencimento de alguns jovens, sobretudo daqueles que, por alguma razão, encontram-se em situação de vulnerabilidade social e/ou subjetiva.

Seguindo a orientação de Lacan (1953-1954/2009) de que o analista não pode perder do horizonte a subjetividade de sua época, tomamos como ponto de partida a premissa de que cada época produz a sua adolescência. Mais ainda, há para cada adolescente um mal-estar que o remete ao enigma sobre o seu próprio desejo. Para Alberti (2009, 2010), a clínica da adolescência aponta para a dimensão do ato, que quando esvaziado de significação, impele o sujeito para o pior.

Diante disso, poder-se-ia questionar: O que há de novo na adolescência? O que se atualiza para o sujeito adolescente enquanto mal-estar na atualidade? É certo que as mutações da nossa época produzem efeitos nos modos de subjetivação, que se traduzem em novas produções sintomáticas e formas de sofrimento. Com os adolescentes não é diferente. Aliás, é sobre eles que observamos a maior incidência dos efeitos sobre a ordem simbólica em mutação, a partir da queda do Outro do saber, do patriarcado e das grandes narrativas que serviam de orientação para essa travessia (Miller, 2016).

Segundo Viola e Vorcaro (2015, p. 62), a adolescência pode denunciar as constantes mutações no laço social, que caracterizam o século XXI como uma época da "oferta

generalizada de gozo". O gozo generalizado é uma marca das novas relações de consumo, que somado às transformações nas estruturas familiares e ao deslocamento do referencial paterno como símbolo de autoridade, constituem o contexto social da adolescência contemporânea. Com efeito, o paradoxo da adolescência nos convoca a realizar uma análise interessada nas modalidades do gozo fálico na contemporaneidade, realçando seus desdobramentos e problemáticas em uma época de declínio da castração (Veras, 2016).

Faz-se necessário, portanto, um olhar atento e, ao mesmo tempo, sensível para as saídas construídas por esses sujeitos no tocante aos impasses que marcam essa fase da vida. Partindo disso, realizamos uma revisão sistemática da literatura sobre a produção científica nacional a respeito do tema "adolescência e psicanálise". Desse modo, o objetivo deste trabalho foi identificar e analisar as produções, nos últimos cinco anos, que tomassem a questão da adolescência na clínica psicanalítica, seus impasses e possibilidades de escuta do sujeito adolescente nos mais diversos contextos e dispositivos de atuação. Com efeito, buscamos identificar os principais desafios e destinos da adolescência contemporânea, assim como identificar as possibilidades de escuta dos sujeitos adolescentes nos diversos contextos em que estão inseridos. Também buscamos realçar a posição política da psicanálise frente ao mal-estar da adolescência e enfatizar a política da singularidade como horizonte para compreender a relação de cada sujeito com a sua adolescência.

2 Método

Trata-se de um estudo de revisão sistemática da literatura sobre o tema da clínica psicanalítica com adolescentes, a partir da busca de produções científicas nacionais. Para Costa, Fontanari & Zoltowski (2022), uma revisão sistemática da literatura permite a ampliação do potencial da pesquisa em razão de sua utilidade para congregar diversos estudos e produzir algumas respostas para a pergunta vislumbrada.

A análise, por sua vez, foi organizada em cinco eixos, a partir dos temas de maior centralidade investigados nestes estudos. Para tanto, partimos da Análise de Conteúdo de Bardin (1977, p. 29), que tem o "desejo de rigor, necessidade de descobrir [e o objetivo de] ir além das aparências" por meio da análise de comunicações, contidas em documentos e objetivos de outros investigadores. Logo, a Análise de Conteúdo não se resume apenas a indicar os principais temas mobilizados pelos estudos, mas explorar o campo de sentidos e significações mobilizados pelos/as pesquisadores/as sobre o fenômeno investigado e seus desdobramentos em termos de perspectivas teórico-práticas (Bardin, 1977).

No exercício deste levantamento, optamos por usar os seguintes descritores e operadores booleanos: “adolescência” OR “adolescências” AND “psicanálise” AND “clínica”. O primeiro descritor delimitou o nosso objetivo de alcançar a experiência dos adolescentes, enquanto os outros dois conferiram a nossa necessidade de averiguar os trabalhos que alcançassem a clínica psicanalítica com adolescentes.

Desse modo, a pesquisa se desenvolveu a partir das seguintes etapas: 1) definição dos descritores e operadores booleanos; 2) definição das bases de dados a serem utilizadas para o fornecimento das produções científicas; 3) definição dos critérios de inclusão e exclusão; 4) busca, armazenamento e planilhamento dos resultados; 5) identificação e exclusão dos artigos repetidos; 6) seleção dos artigos que atenderam aos critérios de inclusão e exclusão, através de leitura dos resumos; 7) categorização e planilhamento das produções científicas em seus eixos de análise; 8) leitura integral dos artigos selecionados; 9) produção de fichamentos para organização dos objetivos, método e resultados encontrados; 10) análise e discussão dos resultados. A partir dessas etapas, apresentamos as informações coletadas na pesquisa:

a. **Fontes:** a revisão foi realizada em diferentes bancos de dados, com o intuito de fornecer tipos distintos de produção:

Tabela 1 - Fontes pesquisadas na revisão de literatura

Tipo de produção	**Fonte**	**Informações**
Artigos científicos	Periódicos CAPES	O Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) é um dos maiores acervos científicos virtuais do País, que reúne e disponibiliza conteúdos produzidos nacionalmente e outros assinados com editoras internacionais de instituições de ensino e pesquisa no Brasil. Site: http://www.periodicos.capes.gov.br
Artigos científicos	SciELO (Scientific Electronic Library Online)	Biblioteca eletrônica que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros; é o resultado de um projeto de pesquisa da FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, em parceria com a BIREME - Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde. Site: www.scielo.br
Artigos científicos	Biblioteca Virtual em Saúde (BVS)	Biblioteca virtual da BIREME, Centro Especializado da OPAS, estabelecido no Brasil desde 1967, em colaboração com Ministério de Saúde, Ministério da Educação, Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo e Universidade Federal de São Paulo. Inclui, entre suas bases de dados: LILACS, IBECS, MEDLINE, ADOLEC, BBO, BDENF, CidSaúde, DESASTRES, HISA, HOMEOINDEX, LEYES, MEDCARIB, REPIDISCA, PAHO, WHOLIS, entre outras. Site: http://www.bvsalud.org

b. **Período:** a revisão compreendeu o período de janeiro de 2019 a dezembro de 2023, constituindo os artigos publicados nos últimos cinco anos;

c. **Idioma:** foram selecionadas as produções em português brasileiro e que fizessem referência ao contexto nacional;

d. **Tipos de produção:** foram selecionados apenas artigos científicos publicados no período de tempo citado anteriormente.

2.1 *Corpus* de análise

Utilizando os descritores e operadores booleanos citados anteriormente, o primeiro levantamento resultou no seguinte quantitativo:

Tabela 2 - Número de textos identificados por palavras de busca e tipo de produção textual

Tipo de produção	**Número de textos identificados**
Artigos via BVS	30
Artigos via SciELO	7
Artigos via CAPES	48
Total	**85**

Após o levantamento das produções, identificamos os artigos repetidos com o intuito de excluir o primeiro excedente. Em seguida, realizamos uma leitura dos resumos com o objetivo de identificar quais produções atendiam aos critérios de inclusão neste processo de revisão.

Tabela 3 - Número de textos selecionados após refinamento

Tipos de produção	**Quantitativo após "limpeza"**
Artigos via BVS	9
Artigos via SciELO	6
Artigos via CAPES	12

Total	**27**

2.2 Procedimentos de análise

Os artigos selecionados foram exaustivamente lidos e fichados, buscando extrair deles suas principais informações. As informações desses artigos foram sistematizadas e divididas a partir das aproximações temáticas, além de seus objetivos e metodologias. Para Bardin (1977, p. 101), "a fase de análise propriamente dita não é mais do que a administração sistemática das decisões tomadas". A análise foi organizada em cinco eixos temáticos, a partir dos temas de maior centralidade investigados nestes estudos, descritos a seguir: 1) adolescentes em conflito com a lei e vulnerabilidade social; 2) corpos docilizados: a patologização e medicalização da adolescência; 3) adolescência, corpo e ato; 4) gênero e sexualidade; e 5) desafios do manejo da transferência na clínica psicanalítica com adolescentes. O primeiro deles concentrou o maior número de produções, 13, seguido pelo segundo com 5 e os três últimos, cada um com 3 produções.

Com isso, apostamos na dimensão heurística da Análise de Conteúdo, orientados pelo desejo de traçar o panorama das pesquisas em psicanálise e suas práticas no campo da adolescência. Logo, a Análise de Conteúdo não se resume apenas a indicar os principais temas mobilizados pelos estudos, mas explorar o campo de sentidos e significações mobilizados pelas/os pesquisadoras/es sobre o fenômeno investigado e seus desdobramentos em termos de perspectivas teórico-práticas (Bardin, 1977).

3 Resultados e discussão

3.1 Adolescentes em conflito com a lei e vulnerabilidade social

Os desafios trazidos pela pobreza representam um dos principais pontos da cartilha Cenário da Infância e Adolescência no Brasil (2023). A Fundação Abrinq, responsável pela compilação dos dados desta cartilha, estima que o nosso país possui 68,6 milhões de habitantes entre zero e 19 anos, dos quais 22,3 milhões de crianças e adolescentes de até 14 anos sobrevivem em domicílios de baixa renda (renda per capita entre ¼ até meio salário mínimo). Esse cenário é agravado ainda pelas segregações segundo raça e cor. Considerados os dados de óbitos de menores de 19 anos, entre 2015 e 2021, as principais pessoas afetadas

por intervenções legais e operações de guerras são negros, que correspondem a 76,8% das vítimas, enquanto 22% são pessoas brancas (Abrinq, 2023).

Esses dados evidenciam não somente a dura realidade de milhões de jovens brasileiros, mas, principalmente, convoca-nos a lançar uma leitura contextualizada da própria noção de desamparo na psicanálise para tratar de um sujeito da adolescência que fala de um lugar de exclusão e segregação. Guerra, Januzzi e Ferrari (2021) realizaram um estudo que trata do desamparo nesse contexto. Neste trabalho, as autoras ressaltam que todo ser falante se depara com um impossível e traumático de significar, sendo este o ponto de partida para compreender o modo como um sujeito encontra uma *savoir-faire* com o real e estabelece suas relações de objeto.

Evidentemente, a adolescência do nosso tempo é diferente daquela analisada por Freud (1905/2016). Contudo, as transformações provocadas pela irrupção da puberdade, tal como descritas por ele, ajudam a sustentar a proposta de Guerra et al. (2021) em seu artigo, quer seja: o trabalho com adolescentes deve estar orientado pela apreensão subjetiva do corpo. Nesse sentido, os atos violentos de um adolescente encaminhado à justiça apontaram uma relação do sujeito com a dimensão corporal, visto que na singularidade de seus atos, este indicou como o masculino, enquanto instância de alteridade – o Outro masculino[1] – foi circunscrito em sua história de vida pelo significante "violento".

O modo como a família se apresentou para o adolescente no estudo apresentado acima, reafirmam as indicações de Lacadée (2016) sobre o papel das instituições (família e o Estado, p. ex.) no cuidado com a adolescência. Para ele, as instituições devem cumprir uma função de ancoragem para o adolescente, pois, subjetivamente, este se serve das referências institucionais para criar uma narrativa ficcional potente, capaz de sustentá-lo no impossível de significar a perda de gozo, que se sucede à inscrição do sujeito no campo da linguagem. Isto porque, os significantes usados pelas instituições para nomear adolescentes que se inserem precariamente no laço social, especialmente nas chamadas medidas 'socioeducativas', em vez de desafiar e produzir abalos no lugar de marginalidade desses sujeitos, terminam por reforçar, contraditoriamente, sua exclusão social.

Nesse sentido, Bossa e Guerra (2023) discutem a inserção dos adolescentes na criminalidade e nos ajudam a sustentar a ideia de que a sociedade se organiza em um tipo de

[1] No "Seminário 11: *Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise"*, Lacan (1964/1988) discorre sobre o conceito de Outro (A) como o mundo simbólico que estrutura o conjunto de normas e leis que contribuem para a estruturação do sujeito. Em suas palavras, o "Outro é o lugar em que se situa a cadeia significante que comanda tudo que vai poder presentificar-se do sujeito, é o campo desse vivo onde o sujeito tem que aparecer" (p. 193-194).

laço que criminaliza a pobreza. Mais ainda, essa estrutura é fortalecida, em parte, pela responsabilidade das instituições, na medida em que a rigidez de uma cultura institucional pode vir a ser um obstáculo gerador de mal-estar, que castra até mesmo o desejo do sujeito de falar de si para além do que é falado sobre ele, cerceando de todas as formas a sua enunciação. A despeito disso, as autoras se interrogam: "por que os adolescentes se submetem à criminalidade?" (Bossa & Guerra, 2023, p. 1).

A escuta de adolescentes em cumprimento de privação de liberdade revela um conjunto de relações libidinais de afeto, cujos laços influenciam a submissão desses sujeitos à lei de ferro do crime, conforme as expressões de abandono, recolhidas no trabalho mencionado acima. Se a verdade, que é não-toda, está no sujeito do inconsciente, que se estrutura a partir da linguagem (Lacan, 1960/1998), a escuta de sujeitos em cumprimento de medidas socioeducativas sugere que o ato infracional representa uma forma de inscrição do sujeito no laço social, ainda que de forma precária e com consequências, por vezes, mortíferas (Bossa & Guerra, 2023). Representada pela ilusão de pertencimento ao grupo e fidelidade à liderança do crime, o desamparo da adolescência, nesse contexto, contribui para a irrupção das forças pulsionais manifestadas pelo desejo de reconhecimento e de valorização diante das violações sofridas pelo sujeito.

Diante disso, consideramos que ao se nomear e agir como "157" ou "bandido", um adolescente pode estar buscando no Outro um tipo de gozo, clandestino, que lhe é negado por outras vias. Assim, podemos estabelecer uma conexão entre o gozo negado e a adesão ao crime, considerando que os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa falam sobre possibilidades de futuro, ainda que negadas pela sua posição socioeconômica. Esta posição representa não apenas uma condição de objeto-dejeto perante o Estado, mas também a privação de direitos básicos. Logo, envolver-se com a criminalidade e adotar a identidade de "*vida loka*" pode ser uma forma de buscar ascensão e visibilidade, procurando um lugar no social além dos estigmas de "*delinquente*" ou "abandonado" (Bossa & Guerra, 2019, p. 503). O crime pode oferecer ao adolescente o acesso ao gozo que outros possuem, conforme indica um adolescente que diz: *"para ter tudo isso é preciso roubar, e para roubar, é preciso se acostumar com a violência"* (Bossa & Guerra, 2019, itálico do autor, p. 503).

A privação de direitos básicos pode estreitar o laço do jovem com a rua. No estudo realizado por Bayer e Gurski (2023, itálico do autor, p. 72), a partir do dispositivo da *Roda de Sonhos*, um jovem diz que: *"bandido não sonha, na rua não tem como sonhar"*, e evidencia com o significante "bandido" a realidade de opressão. Esses dados corroboram a pesquisa realizada por Strzykalski e Gurski (2020, itálico do autor, p. 26), autoras que, a partir da

Rodas de R.A.P. – um dispositivo utilizado para ouvir adolescentes em privação de liberdade –, discutem maneiras de construir políticas de sobrevivência para a realidade das instituições socioeducativas, responsáveis pela execução de medidas de privação ou restrição de liberdade. A partir da análise das narrativas dos sujeitos assistidos nestas instituições, as autoras abordaram a proximidade dos jovens com a dimensão da morte e o achatamento de suas vidas devido à rigidez de um discurso que se impõe sobre o sujeito: *"[...] se te dizem que tu é vagabundo e traficante, então tu é vagabundo e traficante"*. Esta fala evidencia como a determinação significante incide diretamente sobre a vida desses jovens, dificultando o deslizamento para significantes menos mortíferos. As *Rodas de R.A.P.*, por sua vez, provocaram o que as autoras denominaram de "efeitos de sujeito", permitindo aos adolescentes resistirem à rigidez do discurso que busca determinar suas vidas, a partir da criação de novos espaços de significação.

A respeito disso, Bossa e Guerra (2023) ressaltam a importância de espaços que possibilitem aos adolescentes o endereçamento de suas demandas pelo recurso das palavras. O trabalho dessas autoras demonstra que a/o analista, no cumprimento de sua função, enquanto ponto de endereçamento para as demandas e desafios enfrentados, oferece um espaço para a produção de novas saídas para os impasses da adolescência no contexto institucional. A escuta psicanalítica, pois, pode servir como uma ferramenta para desafiar as certezas do jovem que vê a morte como seu único destino, ou seja, a psicanálise oferece um espaço para a produção de novos sentidos, mesmo que o trabalho frequentemente vá na contramão dos discursos institucionais que eliminam qualquer traço de singularidade e dificultam a busca por soluções mais dignas (Alberti, 2009).

Klautau, Macedo e Siniscalchi (2021) ilustraram essa condição a partir da análise das falas de um grupo de alunos de uma escola de música clássica, em uma região periférica do Rio de Janeiro. Essas autoras destacam a relação entre a juventude e o desamparo por meio da oferta de um espaço grupal de acolhimento desses jovens em vulnerabilidade social. Assim sendo, o trabalho transcorreu em um contexto de educação não-formal, realizado por uma ONG implicada em oferecer alternativas aos problemas estruturais da educação formal, que materializam o desamparo do Estado. As reflexões teóricas dessas autoras ocorreram por meio de uma análise das informações colhidas pelo diário de campo, continuamente registrado a cada encontro com o grupo. Por meio das rodas de conversa, este trabalho identificou que a demanda inconsciente apareceu cifrada e foi nomeada pelo grupo como uma ansiedade (um significante do Outro), contudo, à medida em que as conversações evoluíram e o mal-estar foi

circunscrito pela fala, a convivência no grupo mostrou uma questão ligada à hierarquia (Klautau et. al., 2021).

As falas dos jovens músicos expressaram queixas sobre a liderança do maestro, que se mostrava excessivamente disposto a relações horizontais, contrastando com o desejo dos jovens por uma figura todo-poderosa que os salvasse da desproteção, potencializada pela vulnerabilidade, que intensifica estados de desesperança, abandono e insuficiência (Klautau et. al., 2021). Nesse contexto, a escuta da/o psicanalista cumpre a função de testemunha e reconhecimento de uma realidade de exclusão. Este deve abordar essa realidade sem ignorar os determinantes sociais e como eles influenciam esses processos, pois a realidade se constitui no fato de que o adolescente tenta se posicionar frente a forças e estruturas sociopolíticas que impactam diretamente seu processo de subjetivação (Guerra et al., 2021; Bossa & Guerra, 2023; Klautau et. al., 2021).

Baseados na concepção winnicottiana de que o primeiro reconhecimento adquirido pelo sujeito é o amor do outro materno, o que estabelece uma referência para suas ações ao longo da vida, Andrade e Moreira (2019) oferecem reflexões sobre o ato infracional na adolescência e descrevem a importância do reconhecimento na história de vida dos jovens. O reconhecimento pode servir como alternativa à experiência subjetiva de desrespeito pelo Outro social, historicamente perceptível no antigo Código de Menores (1927), substituído pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990.

No trabalho de análise das falas de adolescentes em privação de liberdade, Strzykalski e Gurski (2020), a partir da criação de um espaço para a livre circulação da palavra, apontam que o Código de Menores estabeleceu uma cultura enraizada historicamente na socioeducação brasileira, afinal, as instituições socioeducacionais abraçaram um discurso de segregação entre a adolescência vivida na vulnerabilidade e a adolescência das classes mais altas. Esta segregação pode ser representada no modo como a justiça juvenil marginaliza determinado grupo em detrimento de outro, conferindo graus diferentes para o ato desviante, dependendo da classe social a que o sujeito pertence. Dito isso, o abandono e a delinquência são impulsionados pelo Estado e evidenciam que o contexto da vulnerabilidade social constitui um solo adequado para "efeitos de dessubjetivação", conforme descrito por Rosa (2015).

O dispositivo analítico pode oferecer um caminho alternativo a estes efeitos, conforme evidenciado pelos artigos analisados nesta revisão. Esses trabalhos retratam a dupla exposição traumática enfrentada pelos adolescentes: por um lado, as constantes situações de violência a que são submetidos e, por outro, a dificuldade em encontrar recursos simbólicos para lidar com essa realidade. A dessubjetivação reflete a falta de proteção de um discurso familiar

potente, capaz de flexibilizar o lugar atribuído aos meninos de rua, que sobrevivem com um discurso carregado de nomeações travestidas de identificações que perpetuam o imaginário de desvalor desses jovens. Em outras palavras, os adolescentes em vulnerabilidade experimentam o mundo de um lugar de desamparo discursivo, que desorganiza subjetivamente o adolescente em decorrência do trauma que escapa ao sentido e a significação (Rosa, 2015).

Diante de um Outro social que se impõe como discurso totalitário e desarticulado da polissemia significante, representado, muitas vezes, pelas instituições socioeducativas, o adolescente assume a verdade imposta para ele, respondendo com um ato, ou seja, oferecendo ao laço social aquilo que compreende como a melhor resposta para a pergunta sobre o que quer o Outro e, mais ainda, o que se espera dele (Rosa, 2015). Esta premissa corrobora com as contribuições de Freda (2016) no sentido de que os atos podem representar, no caso do sujeito adolescente, uma forma de reparar a figura do Pai em declínio, capaz de introduzir um limite ao próprio gozo.

Em estudo realizado por Capanema e Vorcaro (2019), observou-se que a paternidade pode servir como uma estratégia de amarração dos três registros (Real, Simbólico e Imaginário) para alguns adolescentes. Neste trabalho, as autoras analisaram um caso clínico, sob a ótica da topologia lacaniana, de um jovem de 19 anos, morador de um aglomerado de baixa renda e que narra uma história de vida marcada por acontecimentos adversos durante a adolescência: a perda da avó materna, para ele uma figura importante, transgressões da lei e atos que o expuseram a riscos de morte, eventos que ilustram o seu desenlace com a vida. No caso clínico, o sujeito relata a influência de uma relação idealizada com o pai, um policial militar, além de uma relação de pouco respeito com a mãe, devastada pelo uso abusivo de drogas. Com efeito, a morte do pai representou a queda da imagem idealizada que tinha dele e possibilitou, ao sujeito, o acesso a uma outra versão da história do pai, marcada por transgressões à lei.

As autoras destacam a experiência de quase morte narrada pelo sujeito como aquilo que Brisset (2016, p. 114) designa como desatamento do sujeito no laço social, no qual o corpo assume o lugar das identificações em um gozo que corre solto, sem a mediação de um Outro, isto é, um gozo “clandestino e fora da lei”. Após esta experiência traumática de quase morte e outros eventos, como a prisão da mãe e a morte da avó materna, o sujeito passa por uma retificação subjetiva. Inicialmente, imerso na pulsão de morte, o jovem assume, por meio da análise, a responsabilidade da casa e, posteriormente, tornar-se pai (Capanema & Vorcaro, 2019).

Britto, Santos Silva e Castilho (2021), por sua vez, problematizam a realidade dos adolescentes em Belo Horizonte durante o isolamento social da pandemia de Covid-19, mostrando que as recomendações sanitárias também funcionaram como instrumento de segregação social. As falas dos adolescentes, atendidos de maneira remota pelo projeto Desembola na Ideia, permitiram que as autoras discutissem sobre a não implicação dos jovens nas medidas de proteção contra o vírus, pois, conforme os relatos e as denúncias desses sujeitos, operou-se, neste momento da pandemia, um processo de exclusão e abandono do Estado, que determinou que todos ficassem em casa. Todavia, o trabalho com esses sujeitos, evidenciou que a representação de lar que eles tinham estava ligada às atividades que podem ser desempenhadas na rua. Isto é, as autoras elucidam que, na implementação do isolamento, existiram sujeitos e grupos com a possibilidade de escolher se isolar, enquanto que para alguns isso não era possível, configurando, assim, a perpetuação de uma necropolítica, evidenciada nos relatos dos sujeitos acolhidos e as únicas alternativas restantes às famílias vulneráveis: morrer de fome ou se expor à morte pelo vírus? Para todos os efeitos, o trabalho de Britto et. al. (2021) ilustra como alguns corpos são mais matáveis do que outros, especialmente no contexto socioeconômico brasileiro.

A rua pode servir como um espaço não somente para as condutas de risco, mas, principalmente, como um lugar onde os jovens podem passar ao ato. Nesse sentido, Jucá e Vorcaro (2020) realizaram um trabalho, cujo objetivo foi discutir o *acting out* e a passagem ao ato[2] como respostas para a angústia, com vistas a produzir novos entendimentos para os atos na adolescência. Com base em dois casos clínicos de um projeto de extensão e pesquisa em um CAPSi, na cidade de Salvador, verificou-se que as adolescentes narraram uma história de vida marcada por um Outro inconstante e ambivalente, além do intenso sofrimento psíquico e da constante violação de seus direitos. Observa-se que, na medida em que a cultura neoliberal incide sobre o sujeito, os jovens podem se envolver em condutas de risco para testar se suas vidas têm valor para o Outro.

Em outro trabalho, Jucá (2020, p. 395) reconhece que um dos desafios da adolescência em vulnerabilidade é "a incidência dos processos de exclusão na constituição subjetiva", conforme evidenciado nas conversações com alunas de uma Escola Estadual em Fortaleza. Neste trabalho, o autor identificou que a vulnerabilidade social e a realidade precária do

[2] No seminário sobre a Angústia, Lacan (1962-1963/2005) propôs a formalização teórica dos conceitos de *Acting Out* e Passagem ao Ato por meio da articulação dessas modalidades de ato com o objeto a, ou seja, o objeto causa do desejo. Segundo a formulação lacaniana, no *Acting Out* o sujeito acede à cena do objeto e oferece ao Outro (A) uma resposta sobre si, em um movimento de endereçamento. Já a Passagem ao Ato seria um movimento de saída da cena do Imaginário, no qual o sujeito avança sobre o Outro (A) em uma tentativa de representação no Real, "um deixar-se cair junto com o objeto" (Calazans & Bastos, 2010, p. 251).

ensino público produzem afetações nos projetos de vida das adolescentes acolhidas, manifestadas nas incertezas quanto ao período posterior à formatura escolar.

Nessa perspectiva, Primo, Rosa e Carmo-Huerta (2021) realizaram uma intervenção clínico-política com adolescentes e professores de uma escola, através das rodas de conversas, pelo período de um ano, com o objetivo de situar o mal-estar da escola no manejo da adolescência. Durante a análise dessas falas, as autoras enfatizaram a importância da/o analista reconhecer as diferenças sociais que escapam às leituras universalizantes para essa fase da vida. Afinal, os significantes da pobreza e do desvalor podem ser reforçados pela cultura institucional das escolas, que, no cumprimento de leituras universais, também atravessadas por discriminações de raça e classe, podem perpetuar estruturas de segregação social, ignorando a complexidade da realidade enfrentada pela maioria das crianças negras e pobres no Brasil (Primo et. al., 2021).

Na esteira dessa discussão, o trabalho de Bemfica e Poli (2022) aborda a problemática migratória de adolescentes e a necessidade de um posicionamento social frente à cena de horror da escravidão e das violências sexuais, que devastam os sonhos de liberdade e de uma nova vida. Este trabalho se destaca em nossa revisão por acompanhar clinicamente uma adolescente senegalesa durante um ano, em um centro de acolhimento na França, destinado a jovens migrantes não acompanhados pela família. As autoras discutiram a subjetivação da adolescência em contextos de vulnerabilidade, privação e ausência de direitos fundamentais, ressaltando a importância das políticas públicas como âncoras para esses jovens. Ressaltaram, ainda, a importância da criação de um espaço onde os sujeitos possam se posicionar e ressignificar a imagem de seus corpos violados (Bemfica & Poli, 2022). A seguir será apresentado o segundo eixo.

3.2 Corpos docilizados: a patologização e medicalização da adolescência

Neste eixo, partimos da compreensão de que, perante às transformações do corpo biológico, durante a puberdade há uma estrutura política interessada em extrair ao máximo o potencial produtivo destes sujeitos, a partir dos vários dispositivos de controle que recaem sobre os seus corpos. Foucault (1976/1988), em a *História da Sexualidade - A vontade de saber, vol.* 1, argumenta que desde a modernidade há uma incidência de estruturas de poder sobre o corpo. Estabelece o conceito de biopoder como uma estrutura fixada nas relações sociais por meio de técnicas políticas utilizadas pelas instituições.

Este cenário produz diversos impasses escolares, que são elevados para um nível exponencial de produção de sofrimentos. A problemática escolar, por sua vez, está vinculada

ao modo como essas instituições negligenciam o corpo pulsional em detrimento do corpo biológico, encaminhando-se para o lugar da patologização e culpabilização do aluno, sobretudo, do adolescente, que realiza a sua travessia a partir de um doloroso processo de negociação subjetiva entre as pulsões privadas e as exigências culturais, representadas pelo Outro escolar.

Fonseca, Assis e Santiago (2021) e Silva e Alberti (2022) oferecem discussões sobre o modo como as escolas estão sendo conduzidas com base em um modelo psicologizante e medicalizante, fenômeno corroborado também pelo trabalho de Santiago, Grillo e Albuquerque (2019). Para todas essas autoras, os impasses escolares podem ser interpretados como efeitos produzidos pela lógica de homogeneização operante nos espaços educacionais. Diante disso, nos implicamos nas considerações de Lacadée (2016) sobre a adolescência. Para este autor, a adolescência é um momento em que o sujeito passa a descobrir e experimentar novos modos de ser e de estar em sociedade. Dito isso, lançamos a seguinte interrogação: seria a lógica de homogeneização das escolas, um fenômeno que pode incidir e produzir efeitos no modo de subjetivação dos estudantes?

Em posse dessa questão, podemos afirmar que os artigos selecionados para este eixo apontam para os impasses do encontro de três discursos nas instituições educacionais: 1) o discurso escolar, 2) o discurso familiar e médico e 3) o discurso do adolescente (Fonseca et. al., 2021; Silva & Alberti, 2022; Santiago et. al., 2019). Os dois primeiros convergem na demanda de representar o desejo do Outro de que todos os alunos absorvam o conteúdo pedagógico e, por isso, se enquadrem às normas escolares da mesma maneira. Já o discurso do sujeito adolescente seria aquele que é frequentemente silenciado, ou seja, o discurso que, conforme Lacadée (2016), não consegue representar na língua do Outro o que se passa na sua vida. Logo, a criança ou adolescente que não corresponde a um padrão de normalidade é, imediatamente, interpretado pela escola como um problema, corroborado muitas vezes pela família. Esse ciclo produz o "fracasso escolar" como uma cultura, cultivada a partir do século XX, e comprometida em encontrar justificativas para os problemas da transmissão dos saberes que podem ocorrer na escola (Santiago et. al., 2019, p. 93).

Silva e Alberti (2022) revelam que a evasão escolar também pode ser uma resposta dos alunos a esse contexto que os posicionam no lugar de incapacidade, diretamente atravessado pela repressão das subjetividades. A pesquisa dessas autoras demonstra que os alunos de escolas públicas podem ser os que mais sofrem com a incidência dessa estrutura pedagógica, tendo, por exemplo, que a cultura de fracasso escolar também incide no laço como dispositivo de segregação social. Reforçando marcadores de pobreza e riqueza, essa

cultura atribui ao aluno que experimenta a vulnerabilidade social, a alcunha de “impossível de ser educado”, em razão de uma política de biopoder e sua busca por normalização e docilização de sujeitos, não raro pela via farmacológica (Carneiro, 2020).

O trabalho de Fonseca et. al. (2021) oferece o relato de caso de uma adolescente na rede pública de ensino, cujo problema de aprendizagem foi tratado pela via da medicalização. O estudo destaca a importância do diagnóstico clínico-pedagógico (DCP) na reavaliação do caso dessa adolescente, dado que este modelo teórico-prático permitiu uma leitura que valorizasse o saber do sujeito sobre sua singularidade. Assim, o trabalho ocorreu de modo que o dispositivo analítico cumpriu a função de endereçamento das demandas da escola, mas ofereceu também um espaço para ouvir o que “o sujeito [tinha] a dizer sobre o problema que ele representa para a instituição escolar” (Fonseca et. al., 2021, p. 931). Esta abordagem subverteu a lógica que compreendia o aluno como um problema a ser combatido pela escola, e, com efeito, a prática ofereceu um espaço para a emergência das particularidades do sujeito, reconhecendo-as como forças transformadoras em seu (des)interesse pela aprendizagem.

Os trabalhos de Santiago et. al. (2019), Santos e D’Agord (2020) e Silva e Alberti (2022) ilustraram as possibilidades de intervenção psicanalítica a partir de conversações e rodas de conversa com alunos, familiares, professores e demais representantes do campo escolar. Além de apresentarem ferramentas e dispositivos de intervenção nas escolas, esses artigos científicos também enfatizam a necessidade de implicar os profissionais de saúde em suas práticas; afinal, não podemos permitir que a cultura de fracasso escolar determine as produções de desejos e sonhos de diversas crianças e jovens do Brasil no presente e no futuro.

Compreendemos que os profissionais de saúde são elementos-chave e não podem cair na cilada de fortalecer o fenômeno de hipermedicalização, que acomete as escolas na contemporaneidade. Quando possível, na singularidade de cada caso, o profissional de saúde precisa desafiar a demanda de medicar um aluno, ainda que esta seja fortalecida por uma outra instituição de nossa sociedade: a família, que, cada vez mais, está atravessada pelo discurso médico. Para Moreira e Coutinho (2018), muitas mães podem mobilizar significantes como “doente” ou “especial” para justificar as dificuldades escolares do sujeito, sendo grave, portanto, a ausência de informações, por parte de profissionais de saúde, sobre a nocividade desses significantes para a constituição subjetiva do adolescente.

Essa realidade foi evidenciada na pesquisa-intervenção realizada por Fonseca et. al. (2021, p. 933) em uma escola pública da cidade de Itabira - MG, onde o baixo desempenho de uma aluna foi tratado com medicação para déficit de atenção, apesar de um exame

neurológico ter concluído que “a menina não sofria de nenhuma doença ou transtorno”. O médico neurologista em vez de desafiar essa demanda, seguiu o interesse dos pais e da escola, prescrevendo, inicialmente, Ritalina (metilfenidato) e, após oito meses sem “melhora”, Tofranil (cloridrato de imipramina), evidenciando como a medicina foi utilizada para atender às expectativas da escola e dos familiares (Fonseca et. al., 2021).

O estudo apresentado acima corresponde ao que Garbarino (2020) concebe sobre a medicalização da infância: uma expressão do ideal de criança normal, permeado pelo imaginário social em razão de uma ligação estabelecida entre a lógica de mercado e o discurso da ciência, fruto de uma cultura mercadológica da contemporaneidade. Assim, na medida em que os problemas sociais e políticos são encaminhados à medicina, o imaginário social sobre o bem-estar se impõe de forma violenta, colocando em risco a produção da infância e da adolescência em nosso tempo.

No ambulatório do Janela de Escuta, prática interventiva realizada com adolescentes em escolas públicas de Belo Horizonte - MG, observou-se, a partir da análise de dois casos clínicos, que a vulnerabilidade social e a imposição do discurso médico podem, também, afetar o processo de separação da família e a possibilidade de produção e invenção subjetiva. Nesse contexto, a mãe pode operar de acordo com “um projeto da mãe sobre o filho”, no sentido de uma proteção materna que busca sinalizar um destino para as/os filhas/os, e, por isso, dificultando ou impossibilitando a produção de algo que seja próprio do sujeito, ou seja, algo enraizado em sua singularidade (Santiago et. al., 2019, p. 103).

Em contraposição a esse cenário, o dispositivo psicanalítico pode oferecer saídas capazes de romper com a alienação ao discurso médico, até mesmo em instituições que oferecem serviços de atenção primária pela Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), como é o contexto do CAPSij, local da pesquisa realizada por Cannas e Torossian (2023). Neste trabalho, verificou-se que os Espaços de Convivência são dispositivos alinhados ao acolhimento irrestrito de sujeitos, demonstrando modos de driblar a lógica excludente produzida pelo discurso psiquiátrico. De acordo com as autoras, os Espaços de Convivência promovem as relações entre pares, onde operam jogos subjetivos ou exercícios de sociabilidade, a partir de um espaço acolhedor, que considera a singularidade e valoriza a importância das relações com os outros na constituição humana.

Enquanto isso, o trabalho de Santos e D’Agord (2020) destaca como a psicanálise, ao ser aplicada em instituições que atendem crianças e adolescentes com sintomas do autismo ou da psicose, pode deslocar o saber do especialista, permitindo a inserção dos interesses da criança nos conteúdos escolares e com a promoção de estratégias para representar o sujeito no

laço social. Nessa perspectiva, os/as autores/as propõem que os sintomas destes sujeitos não sejam tomados como indicativo de doença, pois essas manifestações constituem uma forma de relação do sujeito com os outros. Além disso, convocam a equipe a refletir que o saber diagnóstico é limitado à universalidade do transtorno, o que permite elucidar o saber produzido por cada sujeito a respeito do seu próprio mal-estar.

3.3 Adolescência, corpo e ato

Apresentaremos, neste eixo, a coletânea de artigos que também sustentam a importância da/o psicanalista analisar o fenômeno da adolescência através da interação do sujeito com o social, apreciando os possíveis efeitos produzidos pela incidência histórica e cultural nas produções subjetivas da contemporaneidade e da contextualização dos elementos que propiciam a travessia do adolescente, a produção de novos sintomas e a sua inscrição no laço social.

Castro e Couto (2021), em estudo realizado com duas adolescentes atendidas pelo Centro de Estudos e Pesquisas em Psicologia Aplicada (CEPPA), da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, verificam a importância de investigar os significados da automutilação para cada uma delas. A automutilação pode servir a uma representação inconsciente da angústia e do sofrimento, ou seja, uma via do sujeito significar os impasses em relação às suas identificações, enquanto o corpo assume o lugar do significante, ao ser convocado para intermediar as ameaças internas e externas enfrentadas pelas adolescentes.

Nesse contexto, o trabalho dessas autoras toma como ponto de partida a compreensão de que a escuta clínica de adolescentes que se cortam deve estar orientada para a consideração das dificuldades com a alteridade, ao passo que o corte pode simbolizar, dentre tantas coisas, uma demanda de separação da figura materna ou a constituição da própria singularidade. O ato de se cortar enuncia, portanto, uma reapropriação subjetiva da imago do corpo. Em outras palavras, a autolesão ou a escarificação tornou-se um fenômeno central na contemporaneidade, pois pode representar a busca de expressão do Eu para as remodelações relacionadas ao corpo, à sexualidade e à posição social que o sujeito passará a ocupar desde o instante da adolescência (Castro & Couto, 2021).

Nesta perspectiva, Lopes e Teixeira (2019) discutem as automutilações através das narrativas de uma adolescente de 16 anos em uma escola privada de Fortaleza - CE. Este trabalho verificou uma importante discussão sobre o modo como as escolas têm dificuldade de acolher os sujeitos que praticam a automutilação. Observou-se que os professores não sabem como agir diante desse cenário violento, e, como efeito, a demanda escolar pode

embaraçar ainda mais o impasse vivenciado pelo sujeito, que pode se retrair e continuar em sua prática de exteriorização dos afetos, fantasias e desejos pela via de comunicação encontrada no próprio corpo. O trabalho desses autores também enfatiza o risco associado à filiação do sujeito a um grupo social que estimule a produção dessas escarificações (Lopes & Teixeira, 2019).

Este risco corrobora com as indicações de Jatobá (2010), que aponta como o ato da escarificação, na juventude, ganhou maior especificidade no momento em que passou a ser considerado um critério diagnóstico para o transtorno de personalidade *borderline*, a partir da década de 1980, quando foi incluído no DSM-III. Ainda segundo Jatobá (2010), a psiquiatria moderna se constituiu como uma prática descritiva, puramente fenomenológica e relacionada, principalmente, ao desenvolvimento de práticas médicas focadas na observação de sintomas, promovendo uma separação entre o corpo e a fala, na qual o sujeito é foracluído da sua possibilidade de enunciação. O ato autolesivo corresponderia: 1) à tentativa do adolescente de inscrever o Outro em seus atos e 2) à relação que esse sujeito é capaz de sustentar (ou não) no laço social (Castro & Couto, 2021; Lopes & Teixeira, 2019).

Assim, segundo os artigos que tratam sobre o fenômeno da autolesão (Castro & Couto, 2021; Lopes & Teixeira, 2019), consideramos que há, pelo menos, três nuances importantes para a compreensão das razões pelas quais uma adolescente se escarifica: 1) o significado do ato para o sujeito, 2) o desejo de apropriação do próprio corpo, que passa a servir como um canal de comunicação para simbolizar o ato, e 3) a influência do Outro na conduta do sujeito. Essas nuances estão alinhadas com as discussões de Miranda e Protti (2019), que corroboram com a noção de que o corte pode responder ao encontro com a sexualidade e as demandas do Outro materno, na assunção de uma orientação sexual implicada nas noções desse Outro sobre a feminilidade e o modo de fazer, próprio de cada sujeito, com as questões relacionadas ao "tornar-se mulher" (Miranda & Protti, 2019, p. 43).

Nesse ínterim, Rabelo et. al. (2022) buscaram compreender o impacto da experiência de adoecimento e dor em sobreviventes de câncer infanto-juvenil, focando na transição desses sujeitos do serviço de pediatria para o serviço de saúde destinado a adultos. Neste trabalho, demonstram os efeitos da incidência do real na vida de sujeitos que transitam doentes da infância para a vida adulta, sendo um deles a alienação subjetiva de adolescentes e familiares à instituição hospitalar. Para as autoras, o diagnóstico de câncer é um acontecimento de corpo que desvela a finitude do ser humano, uma condição em que o vazio de sentido experimentado é explicado pela via da culpa, que surge como uma tentativa de atribuir sentido ao real e a angústia do adoecimento. Nesse cenário, contudo, as mães surgem como guardiãs

de seus filhos e fortalecem uma modalidade de laço permeada pela indistinção no registro imaginário, isto como uma tentativa de aplacar a angústia por meio do corpo do filho.

A pesquisa ilustrou, portanto, que diante dessa díade mãe-filho, a equipe hospitalar passou a nomear os sujeitos adolescentes como aqueles que são "falados pela mãe". Desse modo, os adolescentes experimentaram uma posição subjetiva de apagamento, em nome do amor materno, que empobrece a experiência de transição descrita para a adolescência, e também por causa da cultura institucional, que torna invisível o sujeito em detrimento do seu processo de adoecimento (Rabelo et. al., 2022).

Nesse sentido, é preciso considerar que as modificações da nossa sociedade, do ponto de vista da perspectiva psicanalítica, implica que o profissional de saúde evite nomeações de cunho taxativo, que de nada servem além de reforçar "fenômenos de paralisação da vida e petrificação do ser" (Rabelo et. al., 2022, p. 17). Com isso, enfatizamos que o fazer-clínico com adolescentes precisa considerar as nuances familiares, ao passo de que essas nuances, conforme Freud (1909/2015), no texto *O Romance Familiar dos Neuróticos*, podem influenciar o modo pelo qual o adolescente produz o seu sintoma, quer seja engendrado em um processo de questionamento dos primeiros objetos de investimento.

Portanto, as produções deste eixo posicionam a psicanálise como um dispositivo que pode auxiliar o sujeito a fazer uma travessia mais suave, a partir do deslocamento do ato para a palavra, como uma aposta de reconstituição de suas elaborações simbólicas. Nas palavras de Lopes e Teixeira (2019, p. 295), no acolhimento de sujeitos que praticam a escarificação, o analista ocupa dois lugares: 1) "o lugar do fazer-dizer, em que o analista facilitará a circulação discursiva" e 2) "a função do escriba, onde o analista [...] realiza alguma comunicação àqueles que solicitaram a intervenção".

3.4 Gênero e Sexualidade

Discutiremos agora as produções científicas que perpassam pelos temas gênero e sexualidade, seus enlaces e desenlaces na contemporaneidade. O trabalho de Alberti e Silva (2019) teve como objetivo apresentar e refletir os modos de sexuação contemporâneos, a partir de uma prática clínica institucional com adolescentes de um hospital universitário. Partem, inicialmente, da constatação de que o nosso tempo é marcado pela ausência de um Outro que possa normatizar a diferença dos sexos, movimento impulsionado pela heterogeneidade do laço social contemporâneo.

A respeito disso, Lima (2023) argumenta que a sexuação contemporânea, ou seja, o processo de assunção do sujeito ao próprio sexo, é marcada pela mobilização de novas

coordenadas que já não se orientam apenas pela bússola edípica. Em conformidade, Alberti e Silva (2019) destacam que os adolescentes refletem os signos de um tempo marcado pela indeterminação no campo do gênero e das sexualidades. Evidenciam, ainda, que a prática clínica em um hospital tensiona a relação entre as novas produções identitárias de gênero e o saber biomédico, efeito dos novos processos de subjetivação da adolescência em função da pluralização de discursos no campo do gênero e dos novos processos de significação do ser adolescente.

Para Alberti e Silva (2019, p. 10), "em psicanálise, trata-se de passar de uma lógica de identidade a uma lógica de posição de gozo". Logo, a verdade imposta diz respeito ao binarismo de gênero, tradicionalmente abordado pela diferença rígida entre homem e mulher, que não alcança a multiplicidade de manifestações de um sujeito para assumir o próprio sexo na contemporaneidade. Assim, ao falarmos do modo de gozo de um sujeito, estamos tratando de algo que não depende exclusivamente da anatomia, mas do circuito pulsional que marca a relação do sujeito com a escolha de objeto (Alberti & Silva, 2019; Lima, 2023).

Oliveira (2021) argumenta que o Outro social oferta, desde a infância, os significantes que servem para balizar a diferença entre meninos e meninas, atribuindo ao sujeito signos que representam os lugares e as funções discursivamente engendrados para significar a diferença sexual. Essas significações podem representar grande fonte de angústia para o sujeito, como foi observado no acolhimento a uma adolescente de 13 anos, que interroga as expectativas da mãe sobre o lugar socialmente construído para o "ser menina", ou seja, uma questão ao que lhe fora atribuído como coisa de menina. Assim, diante de um vínculo marcado pela rigidez do Outro materno com relação às suas vestimentas e à expressão da sua sexualidade, esta adolescente é inundada pela angústia em não corresponder à demanda da mãe e, em última instância, às prescrições socioculturais do que se espera de uma menina.

Nesse ínterim, os novos arranjos de gênero convocam a medicina à uma reflexão, implicando o profissional a reconhecer também como legítimas as sexualidades que escapam à norma cisheterocentrada, haja vista que "não é a anatomia que identifica os sujeitos como homem ou mulher, a inquietação quanto ao próprio sexo é a regra para todos" (Alberti & Silva, 2019, p. 6). Em outras palavras, compreendemos que a inquietação quanto ao próprio sexo inscreve-se no fato de que o corpo humano é desnaturalizado em sua função orgânica, ou seja, o corpo é desnaturalizado à medida em que é banhado pela linguagem e marcado pela incidência dos significantes que recaem sobre ele (Oliveira, 2021).

Para Campos e Rosa (2021), a entrada no campo da linguagem representa um movimento de achatamento do desejo, produzido na interação do sujeito com o imaginário

social. Nesse sentido, o trabalho dessas autoras desenvolve uma reflexão teórica sobre o fenômeno do "ficar", que se apresenta como um modo instável de investimento libidinal dos adolescentes, ou seja, uma saída para a angústia ou uma ilusão de preenchimento do vazio. Com efeito, Campos e Rosa (2021), ao se questionarem se o fenômeno "ficar" pode ser interpretado como um relacionamento amoroso contemporâneo, sustentam a teoria de que esse fenômeno corresponde a um não lugar cultural, ou seja, espaços de transição ou um simulacro de relações culturalmente normatizadas, mas que, em certo sentido, assumem "uma forma de perversão" e "uma forma de fetichização das sensações sexuais" (Campos & Rosa, 2021, p. 678-679). A expressão desse fenômeno é impulsionada pelas características da sociedade atual e consiste, então, no deslocamento do encontro intersubjetivo (eu-outro) para o sujeito ego-centrado, que, supostamente, seria dotado de um "desejo".

Desse modo, o tipo de relação mobilizada pelo sujeito a partir do significante "ficar" pode ser uma resposta da juventude ao que emerge no nosso tempo, ainda que essa modalidade de laço se constitua como um modelo de relação vazio, na qual o "prazer não está no outro e sim no objeto", configurando uma ordinária "cumplicidade perversa e silenciosa", na qual o sujeito busca prescindir do Outro (Campos & Rosa, 2021, p. 679). Assim, com base nos artigos selecionados para este eixo, há uma compreensão de que os adolescentes com impasses relacionados à sexualidade carecem de espaços de elaboração que possam permiti-los a oportunidade de mobilizarem recursos próprios para lidar de maneira mais viva com as suas adversidades (Alberti & Silva, 2019; Oliveira, 2021; Campos & Rosa, 2021).

3.5 Desafios do manejo da transferência na clínica psicanalítica com adolescentes

Por último, este eixo refere-se aos artigos científicos que discutem o manejo da transferência, o acolhimento, os desafios do atendimento de adolescentes na clínica psicanalítica e os seus desdobramentos na atualidade. A psicoterapia on-line, por exemplo, foi um marco decisivo a partir da sua regulamentação pelo CFP, em 2020, no contexto pandêmico da Covid-19. A resolução nº 04/2020 produziu deslocamentos importantes no atendimento a sujeitos em sofrimento psíquico, flexibilizando a atuação do psicólogo e garantindo a atuação de forma remota, desde que em cumprimento do Código de Ética de Psicologia e da realização do cadastro atualizado na plataforma e-Psi (CFP, 2020).

Em contrapartida, sabemos que a prática profissional em psicanálise não responde a um Conselho Federal ou a um instrumento regulatório. O/a analista cumpre uma função na qual o/a praticante está orientado/a pela ética da psicanálise, instituída por Freud, a do bem-dizer, ao longo dos seus escritos, e reforçada por Lacan (1953-1954/2009) ao longo do

seu ensino, mas formalizada por ele no tripé: análise pessoal, formação teórica e supervisão clínica. Com isso, Lacan (1953-1954/2009, p. 11) sustenta que "desde a origem, Freud sabe que só fará progressos na análise das neuroses se se analisar", pois os fenômenos da transferência e da contratransferência oferecem uma compreensão valiosa sobre a estrutura da situação analítica. Essa estrutura implica que mediante um sujeito que endereça a sua fala, há um Outro a quem o analisando supõe um saber sobre o seu sofrimento. Para Lacan (1953-1954/2009, p. 9-10), esse sujeito suposto saber apenas "dá a resposta quando [o paciente está] a ponto de encontrá-la", respeitando a dimensão ética que permite "para cada estrutura, um modo de conceptualização que lhe é próprio".

Em pesquisa realizada por Aires, Moscon, Chamusca, Mignac e Guerra (2021), as autoras buscaram investigar sobre os principais desafios dos atendimentos on-line realizados por estudantes de Psicologia de uma universidade pública, durante o período de isolamento e das demais medidas sanitárias impostas pela pandemia da Covid-19. Dentre os resultados, destacaram as mudanças necessárias para a realização dos atendimentos em três contextos diferentes: o estágio em um CAPSi, o atendimento psicanalítico na Clínica Escola e o projeto de extensão nomeado "Adolescência, Acolhimento Institucional e Clínica do Desamparo".

Segundo Aires e Moscon et. al. (2021), os atendimentos on-line retiram do/da analista a possibilidade de acessar as comunicações representadas pela via do corpo; afinal, essa modalidade de atendimento está marcada pela ausência da dimensão corporal. Diante disso, como calcular o tempo de intervenção e o tempo de se calar sem a presença física do sujeito? Como sustentar o novo fluxo em que o atendimento pode ser interrompido por situações inesperadas? Essas são questões que ilustram que o atendimento on-line demanda uma nova função lógica para o espaço de escuta e de fala do sujeito (Aires & Moscon et. al., 2021).

Nesta produção científica, os desafios do manejo da transferência e os rearranjos do *setting* analítico puderam ser contornados pela prática de supervisão, um dos membros do tripé psicanalítico. Diante da necessidade de "inventar soluções" para o encontro com os pacientes, as autoras sustentaram que uma das responsabilidades do/a analista nos atendimentos on-line está ligada com a garantia de um espaço de escuta para o sujeito, respeitando o contexto socioeconômico que incide na pluralidade de infâncias e adolescências a serem encontradas nos espaços descritos anteriormente. Verificaram, ainda, que os impasses do atendimento on-line não surgem em função das alterações no *setting*, pois o dispositivo analítico se sustenta por meio das mínimas condições, como o endereçamento em transferência, a associação livre e a escuta do outro por meio da atenção flutuante e do reconhecimento da posição do sujeito no encadeamento significante. Em outras palavras, uma

análise existe desde o momento em que a "suposição de que há inconsciente" entra em cena para produzir "efeitos [que] se dão em relação ao desejo" (Aires & Moscon et. al., 2021, p. 287).

Na realidade, os impasses localizaram-se na impossibilidade de acessar um celular, assim como, em alguns casos, o desconforto da criança ou adolescente por necessitar usar o aparelho de outra pessoa, fosse um educador ou familiar. Essa informação é bastante relevante, pois evidencia um outro processo de desigualdade, desta vez associado ao acesso à tecnologia e suas implicações no desenvolvimento infantil, sobretudo, nos campos da educação e saúde mental. Segundo Aires e Moscon et. al. (2021, p. 287), a falta de internet e de privacidade (especialmente no caso dos adolescentes em acolhimento institucional) e, ainda, "o desafio do lugar de estudantes, que vem com o receio de uma aproximação de amiga ou colega, de parecer um bate-papo virtual", implicam a/o analista na criação de um espaço para a emergência da transferência e o endereçamento que daí decorre. Sendo assim, as autoras reforçam as indicações de Lacan (1953-1954/2009 p. 17) sobre a importância da técnica psicanalítica, afinal "Freud nunca cessou de falar de técnica", logo, a/o psicanalista, especialmente em contextos de emergência, precisa estar habilitada/o a um manejo técnico das contingências.

Segundo as considerações de Quinet (2009) sobre as entrevistas preliminares, uma análise somente se inicia no momento em que o sintoma, ou seja, a queixa do paciente, torna-se para ele uma questão. Esse processo de retificação subjetiva é marcado, principalmente, pela implicação do sujeito em relação à sua queixa. Desse modo, o/a analista é responsável por conduzir uma demanda de psicoterapia a uma demanda própria do sujeito, isto é, uma análise em que o analisante passa a se interrogar sobre a sua posição no desejo do Outro. Essa possibilidade somente se constitui a partir do manejo da transferência.

Na pesquisa realizada por Andrade e Lang (2020), verificamos uma discussão sobre a transferência na clínica com adolescentes, pautada por vinhetas clínicas utilizadas pelas/os autoras/es para ilustrar o conceito com base na orientação de Freud e Lacan. Neste trabalho, destacam-se alguns avanços de um para o outro no tocante à compreensão da transferência na clínica psicanalítica. Andrade e Lang (2020) discorrem que, para Freud,, este fenômeno clínico é tomado como uma poderosa resistência, enquanto que Lacan avança a partir da conceitualização do sujeito suposto saber. A transferência é um instrumento imprescindível para o trabalho clínico, do qual o/a analista se serve e, ao mesmo tempo, precisa manejá-lo. Os autores analisaram esta ferramenta, enfatizando qual seria o papel do analista diante do jovem. Considerando que a adolescência é marcada pelo deslocamento do sujeito, isto é, da

sua saída da cena familiar para a cena social, o manejo da transferência permite a construção de "novas referências simbólicas para que o jovem possa se sustentar fora da família e encarar o seu desejo" (Andrade & Lang, 2020, p. 310).

As autoras consideram que a transferência representa um meio para que o adolescente possa encontrar novos significantes, a partir do encontro com um Outro que o auxilie nas transformações de sua imagem. Esta ferramenta pode ser a via que permite ao sujeito recorrer à palavra e ao processo de elaboração de suas mudanças, tão importante para a constituição psíquica. A transferência é, portanto, o que conduz o adolescente a possibilidade de dar um tratamento digno ao real e às operações imaginárias através do recurso ao simbólico.

No manejo da transferência, os autores abordam que o adolescente pode atribuir três lugares de endereçamento ao analista: 1) como mais um adulto incapaz de entender a suas demandas - assim, os autores reforçam que o analista não deve se orientar por uma posição moralista; 2) como um cúmplice, e este seria considerado o lugar da contratransferência, ou seja, o lugar da armadilha tramada pelo sujeito que interpreta a relação analítica como uma relação de iguais; e, 3) o adolescente que pode colocar o analista na posição de um mestre e induzi-lo a assumir esse papel, exigindo dele uma verdade sobre a sua queixa. Desse modo, indicam que "o lugar do sujeito suposto saber permite ao analista não subestimar o analisante colocando o seu saber sob o domínio do saber do outro" (Andrade & Lang, 2020, p. 309).

No sentido dos lugares de endereçamento ao analista, Oliveira (2020) destaca que o adolescente se apresenta na clínica, muitas vezes, a partir das diversas identificações do sujeito à figura do/a analista. Neste trabalho, verificamos um relato de experiência de um atendimento clínico com uma adolescente de 13 anos, bem como a discussão sobre a reciprocidade e suas reverberações entre analista e analisando. As identificações introjetivas marcam a operação da adolescência e se apresentam por meio do apego a determinadas figuras sociais ou grupos musicais, esportivos e culturais. Nesse sentido, a autora ressalta que a identificação introjetiva é um fenômeno central, que precisa de atenção por parte do/a analista em razão da ligação deste fenômeno com a segurança e a intimidade do sujeito.

No caso clínico analisado por Oliveira (2020), a adolescente chega à analista, inicialmente, em função da demanda de seus pais. O momento desafiador vivenciado pela adolescente foi representado pela sua saída da casa da mãe, a mudança para a casa do pai, sob a alegação do seu jeito provocativo, culminando na chegada à análise. Ao longo do relato clínico vai ficando claro que a adolescente, além de mobilizar uma identificação à analista, haja vista que a reconhecia como um ponto de apoio para suas questões emocionais e com o próprio corpo, deixa explícita a sua demanda por reconhecimento do Outro. Nesse sentido, a

troca e a reciprocidade entre analista-analisando é contornada pela experiência de endereçamento das fantasias da paciente a um objeto capaz de recebê-las, de modo a auxiliar o analisando a construir uma forma para as suas representações inconscientes. Em outras palavras, "a reciprocidade ocorre na via da comunicação entre inconscientes", caminho pelo qual a analista poderá perceber a fantasia do analisando, devolvendo-a para o sujeito e apostando na possibilidade de produzir algo novo, integrando novos sentimentos e significados para os objetos internos do analisando (Oliveira, 2020, p. 84-85).

Nesse sentido, o trabalho de análise ocorre em um processo que pressupõe necessariamente a dupla analista-analisando e o manejo da transferência. Realça, portanto, o desafio do/a analista no manejo das identificações e de representar, no dispositivo analítico, um lugar de endereçamento para as questões do adolescente que podem emergir ao longo do processo. O manejo da transferência exige, pois, o reconhecimento das formas que o adolescente encontra para expressar suas questões, demandas e/ou sofrimentos (Oliveira, 2020).

Dentre essas formas de expressão da adolescência, verificamos, junto aos trabalhos analisados neste eixo, a predominância do imaginário, o que reforça o trabalho de simbolização das expressões do sofrimento pela via da palavra. Diante disso, Lacan (1953-1954/2009, p. 309-311) considera que "o surgimento do símbolo cria literalmente uma ordem de ser nova nas relações entre os homens", pois "a palavra é essencialmente o meio de ser reconhecido". Com efeito, Andrade e Lang (2020, p. 308) ajudam-nos a sustentar que o sujeito inconsciente da adolescência contemporânea está sob efeito de processos discursivos de nossa época, dentre os quais podemos citar o declínio da palavra como via de expressão dos conflitos e o avanço das tecnologias nas relações contemporâneas. Com isso, é possível dizer que é na presença da/o analista que um adolescente poderá "construir ou elaborar uma posição subjetiva, sabendo que de onde ele fala o analista estará ali, na escuta, a sustentar e a suportar o seu desejo".

A clínica com adolescentes é, portanto, marcada por uma linguagem que, frequentemente, expressa os códigos de comunicação típicos da adolescência do nosso tempo, exigindo da/o analista outros recursos que possam capturar os enunciados que situam a relação deste sujeito com os outros e, mais ainda, com o seu próprio mal-estar (Miller, 2016; Lacadée, 2016). Nesse sentido, segundo Oliveira (2020, p. 125), é importante que a figura da/o analista possa auxiliar o adolescente a produzir novos significados para a sua existência, sobretudo quando esta é ceifada por estereótipos discursivos que podem limitar ou reduzir a subjetividade e o modo de estar desses sujeitos no mundo.

4 Considerações Finais

Neste trabalho, tivemos o objetivo de identificar e analisar os artigos que tomassem a questão da adolescência na clínica psicanalítica, e verificamos que as transformações da sociedade incidem nos modos de subjetivação da adolescência. Com base nisso, afirmamos que a teoria psicanalítica pode servir de instrumento pelo qual se é possível construir um ponto de vista da travessia do sujeito adolescente em nosso tempo. Assim sendo, recolhemos, a partir dos artigos selecionados, que uma das discussões mais importantes sobre adolescência está associada às relações que se estabelecem entre os adolescentes e as instituições que representam a sociedade (família e escola, p. ex.). No instante em que a adolescência se produz como uma representação cultural, isto é, uma indicação de sentido do Outro social para o sujeito que experimenta o furo de suas transformações corporais, aquilo que escapa ao sentido e a significação retorna como um sintoma, não raro, estabelecido como uma questão com a alteridade.

Nesse sentido, verificamos, durante o primeiro eixo, que a questão com a alteridade se estabelece no gozo perverso do Outro social, na medida em que o processo de exclusão social se perpetua e nega a possibilidade de um outro tipo de gozo ao sujeito, que, com efeito, passa a aderir a criminalidade. No segundo eixo, pode-se perceber como o Outro escola fortalece a lógica de mercado, perpetuada pelo saber científico, mais especificamente o biomédico, e as indicações sugeridas pela política de biopoder, estabelecida como modo de docilizar o corpo pulsional e extrair o máximo de potencial produtivo do sujeito em sua travessia escolar. Nos demais eixos, apesar do baixo número de artigos que pudessem cobrir uma discussão mais ampla e aprofundada sobre as relações da adolescência com o corpo e o ato, além das questões de gênero e sexualidade, e da relação do sujeito com a/o psicanalista, constatamos o campo de batalha constituído entre o adolescente e a sociedade, especificamente nas relações desse sujeito com as indicações (ou ausência dessas, na contemporaneidade) de um Outro que normatiza e descreve um modo de fazer com a sexualidade e o gênero.

Naquele eixo que comporta o maior número de artigos de nossa revisão, isto é, o momento em que tratamos de um sujeito da adolescência que fala de um lugar de exclusão e segregação, por vezes um agente passivo de uma relação lógica entre a sua condição econômica e o lugar social que lhe é atribuído, pudemos cumprir uma das metas de nosso trabalho, a saber: identificar as possibilidades de atuação do dispositivo psicanalítico nos diversos espaços em que os adolescentes estão inseridos. Em outras palavras, a nossa revisão verificou que o dispositivo psicanalítico pode servir de instrumento de atuação nos mais

diversos níveis de atenção da saúde brasileira, e nas instituições de acolhimento de adolescentes, ultrapassando a prática clínica de consultório tradicional. Nesses contextos, a psicanálise pode oferecer condições para que o sujeito adolescente se coloque em uma posição ativa na construção de respostas para as suas tensões, que, por vezes, são barradas pelo mal-estar provocado pelos seus modos de expressão e as prescrições sociais sobre o seu comportamento.

No que concerne ao nosso objetivo de discutir os desafios de atuação da/o psicanalista com os sujeitos adolescentes, identificamos que as modalidades de atendimento *on-line* no contexto de atenção primária à saúde, conforme discutido no último eixo de análise, pode constituir um desdobramento dos processo de exclusão social do Brasil, tendo em vista que o acesso à tecnologia não é igualitário em nosso país. A experiência de pesquisadoras/es nesse contexto, pôde nos oferecer uma perspectiva importante sobre o viés da política da singularidade no atendimento de adolescentes, pois, apesar de a cultura mobilizar uma noção de universalidade para esse momento da vida, a adolescência é produzida no mais íntimo de cada sujeito, o que pode provocar os mais primitivos afetos de vergonha, sensação de falta de privacidade, dentre outros que podem ser mobilizados pela experiência de utilizar o celular de uma outra pessoa, por exemplo, para tratar de questões relacionadas ao individual. Verificamos, portanto, como essa modalidade pode corresponder a mais um fator de segregação social.

Além disso, as sessões *on-line* também podem representar a chance de discussões sobre o papel da tecnologia nos processos de subjetivação da adolescência, o que constitui uma chance de novos artigos científicos serem elaborados e publicados nesse cenário. Afinal, tão importante quanto acolher e escutar, é saber quem escuta o mal-estar da adolescência do nosso tempo e aquilo que se faz com esse endereçamento. Dito isso, consideramos que a análise do fenômeno da adolescência precisa ocorrer de maneira contextualizada, apreciando as questões familiares, sociais, políticas e econômicas que forjam o mal-estar destes sujeitos e, especialmente, daqueles que estão inseridos precariamente no laço social. Vimos que a dimensão social e a responsabilidade do Estado na perpetuação de uma necropolítica e, em última instância, de uma política de criminalização da pobreza, não pode ser sobreposta por uma leitura ingênua e superficial da dimensão psíquica, descontextualizada de uma análise crítica do sofrimento psíquico, pois o que percebemos é que os destinos dados à adolescência estão relacionados com as nuances que rodeiam o sujeito em seu processo de transformação e travessia.

Nesse sentido, a psicanálise pode oferecer um novo espaço de representação subjetiva para muitos adolescentes, ao passo que o dispositivo analítico se constitui com o propósito de produzir efeitos significativos na vida daqueles que recorrem a/o psicanalista. Efeitos que podem conceber o deslocamento do Outro que determina e prescreve, para um outro acolhedor e disposto a flexibilizar o peso daquilo que recai como única saída para a vida de muitos adolescentes. Assim, visualizamos um dispositivo que ofereça um outro que contribua para o movimento subjetivo, para o que há de mais singular no desejo de quem busca uma solução singular, e criativa, para o embaraço dessa fase da vida.

Desse modo, diante dos objetivos traçados em nossa revisão de literatura, podemos dizer que as obras identificadas e analisadas indicam que o dispositivo psicanalítico pode fazer um furo nas perspectivas universalizantes ou totalizantes, que buscam apreender o sujeito em um único modo de significação para a adolescência, quer seja: a adolescência atravessada por relações de consumo que não alcançam a maioria da população brasileira, e que reduz a uma parcela pequena da população nacional as modalidades de gozo previstas pelo Outro social.

Referências

Aires, S., Moscon, B. ., Chamusca, C. M., Mignac, L. ., & Guerra, L. C. (2021). Experiências de atendimento online a crianças e adolescentes em tempos de COVID-19. Estilos Da Clinica, 26(2), 283-296. https://doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v26i2p283-296.

Alberti, S. (2009). Esse sujeito adolescente. Rio de Janeiro: Rios ambiciosos/Contra Capa.

Alberti, S. (2010). O adolescente e o Outro. Rio de Janeiro: Zahar.

Alberti, S., & Silva, H. F. da. (2019). Sexualidade e Questões de Gênero na Adolescência: Contribuições Psicanalítica. Psicologia: Teoria E Pesquisa, 35. https://doi.org/10.1590/0102.3772e35434.

Andrade, A. A., & Moreira, J. de O. (2019). Reconhecimento e ato infracional na adolescência: reflexões iniciais. Estudos Avançados, 33(97), 383–400. https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2019.3397.021.

Andrade, L. C. L. de, & Lang, C. E. (2020). A transferência na clínica psicanalítica de adolescentes. Estilos Da Clinica, 25(2), 297-312. https://doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v25i2p297-312.

Bardin, L. (1977). Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70.

Bayer, B., & Gurski, R. (2023). “Sonhei que morri” Guerra e morte nos sonhos de jovens que cumprem medida socioeducativa de privação de liberdade. Estilos Da Clinica, 28(1), 63-78. https://doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v28i1p63-78.

Bemfica, A. G., & Poli, M. C. (2022). Passagens adolescentes em afrodiáspora: do estado-coisa ao estado de sujeito. Estilos Da Clinica, 27(3), 379-389. https://doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v27i3p379-389.

Bossa, D. F., & Guerra, A. M. C. (2019). Ressonâncias da escuta psicanalítica com adolescentes em privação de liberdade. Estilos Da Clinica, 24(3), 497-509. https://doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v24i3p497-509.

Bossa, D. F., & Guerra, A. M. C. (2023). Adolescência e ato infracional: por que os adolescentes se submetem à criminalidade?. Psicologia USP, 34, e200188. https://doi.org/10.1590/0103-6564e200188.

Brasil. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Lei nº 8.069, 13 de julho de 1990. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/publicacoes/eca_mdhc_2024.pdf.

Brasil. Código de Menores. Lei nº 17.943, 12 de outubro de 1927. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/D17943A.htm.

Brisset, F. O. (2016). A ginga entre a lei e o tô fora da lei. In H. Caldas, A. Benfica & C. Boechat (Eds.), Errâncias, adolescências e outras estações (pp. 111-124). Belo Horizonte: Editora EBP.

Britto, A. L. S., Silva, M. D. dos S. & Castilho, P. T. (2021). Estudo de uma intervenção remota com adolescentes em situação de vulnerabilidade na pandemia do COVID-19. Estilos Da Clinica, 26(2), 233-251. https://doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v26i2p233-251.

Calazans, R., & Bastos, A. (2010). Passagem ao ato e acting-out: duas respostas subjetivas. Fractal: Revista De Psicologia, 22(2), 245–256. https://doi.org/10.1590/S1984-02922010000800002.

Calligaris, C. (2009). Adolescência. São Paulo: Publifolha.

Campos, D. T. F., & Rosa, C. M.. (2021). Adolescência e ambivalência: o “ficar” como um “não lugar” existencial. Revista Latinoamericana De Psicopatologia Fundamental, 24(3), 665–684. https://doi.org/10.1590/1415-4714.2021v24n3p665.10.

Cannas, C. L. da R., & Torossian, S. D. . (2023). Os espaços de convivência na clínica com adolescentes na atenção psicossocial: contribuições da psicanálise. Estilos Da Clinica, 28(2), 186-201. https://doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v28i2p186-201.

Capanema, C. A., & Vorcaro, A. M. R.. (2019). Amarração do quarto elo borromeano na clínica adolescente: contingências da paternidade. Ágora: Estudos Em Teoria Psicanalítica, 22(1), 63–74. https://doi.org/10.1590/S1516-14982019001007.

Carneiro. C. (2020). Por que a criança não para quieta? Mal-estar entre professores ante o corpo pulsional. In R. Voltolini & R. Gurski (Eds.), *Retratos da pesquisa em psicanálise e educação*. São Paulo: Editora Contracorrente.

Castro, A. L. de S.; & Guareschi, P. (2008). Da privação da dignidade social à privação da liberdade individual. *Psicologia & Sociedade,* 20(2), 200-207.

Castro, Y. A. V. de. & Couto, V. V. D. (2021). Escuta Clínica a Adolescentes que se Cortam: um olhar para o corpo e o vínculo materno na perspectiva da psicanálise. Contextos Clínicos, 14(3), 827-849. https://doi.org/10.4013/ctc.2021.143.05.

Conselho Federal de Psicologia. Resolução n.º 04/03, 2020. Disponível em: https://atosoficiais.com.br/cfp/resolucao-do-exercicio-profissional-n-4-2020-dispoe-sobre-regulamentacao-de-servicos-psicologicos-prestados-por-meio-de-tecnologia-da-informacao-e-da-comunicacao-durante-a-pandemia-do-covid-19?origin=instituicao&q=004/2020.

Costa, A. B.; Fontanari, A. M.; & Zoltowski, A. P. (2022). Como escrever um artigo de revisão sistemática: um guia atualizado. In M. I. C. Sampaio, A. A. Z. P. Sabadini, & S. H. Koller (Eds.), *Produção Científica - um guia prático* (pp. 130-165). São Paulo: USP.

Fonseca, L. R. M., Assis, R. M. de ., & Santiago, A. L. B. (2021). Problemas escolares, medicalização e singularidades de adolescentes: contribuições da pesquisa/intervenção de orientação psicanalítica. ETD - Educação Temática Digital, 23(4), 926–944. https://doi.org/10.20396/etd.v23i4.8658614.

Foucault, M. (1976 [1988]). História da sexualidade I: A vontade de saber, tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal.

Freda, D. A de. (2016). A desorientação nos adolescentes: um dos nomes da subjetividade contemporânea. In H. Caldas, A. Benfica & C. Boechat (Eds.), Errâncias, adolescências e outras estações (pp. 211-216). Belo Horizonte: Editora EBP.

Freud, S. (1905 [2016]). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In *Obras Completas de Sigmund Freud, volume 6*, (pp. 13-172). São Paulo: Companhia das Letras.

Freud, S. (1909 [2015]). O Romance Familiar dos Neuróticos. In *Obras Completas de Sigmund Freud, volume 8*, (pp. 239-242). São Paulo: Companhia das Letras.

Fundação Abrinq. (2023). Cenário da Infância e Adolescência no Brasil. *Camel Press*. Recuperado em: 19 agosto 2024, de https://www.fadc.org.br/sites/default/files/2023-05/Cenario-da-infancia-2023.pdf.

Garbarino, M. I. (2020). Mercado-ciência e infância: a psicanálise no debate sobre medicalização e ato educativo. Estilos Da Clinica, 25(1), 135-150. https://doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v25i1p135-150.

Guerra, A. M. C., Januzzi, M. E. da S., & Ferrari, I. F. (2021). Desamparo e ações específicas de cuidados com um adolescente na rede pública. Psicologia Em Estudo, 26, e51119. https://doi.org/10.4025/psicolestud.v26i0.51119.

Jatobá, M. M. V. (2010). O ato de escarificar o corpo na adolescência: uma abordagem psicanalítica. Dissertação de mestrado, Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

Jucá, V. J. dos S. (2020). Adolescência, Ensino Médio e projetos de vida na escola pública. Estilos Da Clinica, 25(3), 394-406. https://doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v25i3p394-406.

Jucá, V. J. dos S., & Vorcaro, Ângela M. R. (2020). Atos na Adolescência: Uma Resposta diante da Angústia e do Desamparo. Revista Subjetividades, 20(1), publicado online: 12/03/2020. https://doi.org/10.5020/23590777.rs.v20i1.e9359.

Klautau, P., Macedo, M. M. D. R. de. & Siniscalchi, M. (2021). Juventude e Desamparo: relato de uma pesquisa intervenção. Educação & Realidade, 46(1), e109164. https://doi.org/10.1590/2175-6236109164.

Lacadée, P. (2016). A esperança da adolescência: "delicada transição" e elemento de novidade. In H. Caldas, A. Benfica & C. Boechat (Eds.), *Errâncias, adolescências e outras estações* (pp. 34-59). Belo Horizonte: Editora EBP.

Lacan, J. (1953-1954 [2009]). O Seminário, livro I: Os escritos técnicos de Freud. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Lacan, J. (1960 [1998]). A subversão do sujeito e a dialética do desejo no inconsciente freudiano. In Escritos, (pp. 807-842). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Lacan, J. (1962-1963 [2005]). O seminário, livro X: a angústia (1962/1963). Rio de Janeiro: J. Zahar, 2005.

Lacan, J. (1964 [1988]). O Seminário, livro XI: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Lima, E. D. de. (2023). Homens, masculinidades e psicanálise: desver o masculino. São Paulo. Editora Blucher.

Lopes, L. da S., & Teixeira, L. C. (2019). Automutilações na adolescência e suas narrativas em contexto escolar. Estilos Da Clinica, 24(2), 291-303. https://doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v24i2p291-303.

Miranda, A.A., & Protti, L.C. (2019). A prática das escarificações em moças: uma abordagem psicanalítica das questões com a feminilidade. Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica, 22(1), 41-50. https://doi.org/10.1590/S1516-14982019001005.

Miller, J. A. (2016). Em direção à adolescência. In H. Caldas, A. Benfica & C. Boechat (Eds.), *Errâncias, adolescências e outras estações* (pp. 19-33). Belo Horizonte: Editora EBP.

Moreira, A. da S., & Gageiro Coutinho, L. (2018). Efeitos da medicalização na travessia adolescente. Revista De Psicologia, 9(1), 53–63. Recuperado de http://www.periodicos.ufc.br/psicologiaufc/article/view/20509.

Oliveira, A. M. N. de. (2020). Tocando a vida com os dedos: reciprocidade na clínica de adolescentes. Jornal de Psicanálise, 53(98), pp.81-93.

Oliveira, M. R. e. (2021) "Coisa de menina": implicações e atribuições do feminino no atendimento de uma adolescente. Jornal de Psicanálise, 54(100), 115-128.

Primo, J. S., Rosa, M. D., & Carmo-Huerta, V.. (2021). Adolescentes, Professores e Psicanalistas: uma intervenção clínicopolítica. Educação & Realidade, 46(1), e109175. https://doi.org/10.1590/2175-6236109175.

Quinet, A. (2009). As funções das entrevistas preliminares. In Jorge Zahar Ed., As 4+1 condições da análise (pp. 13-34).

Rabelo, M. T. P., Pacheco, A. L. P., Schveitzer, M. C., & Len, C. A.. (2022). Transitar doente: laços e desenlaces entre os adolescentes sobreviventes de câncer infantojuvenil, seus familiares e a instituição hospitalar. Physis: Revista De Saúde Coletiva, 32(2), e320219. https://doi.org/10.1590/S0103-73312022320219.

Rosa, M. D. (2015). Psicanálise, política e cultura: a clínica em face da dimensão sócio-política do sofrimento. São Paulo. Tese (Live-Docência – Departamento de Psicologia Clínica). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

Santiago, A. L. B., Grillo, C. F. C. de. & Albuquerque, I. de. F. C. L. (2019). Os adolescentes, as escolas e os impasses: um recorte da clínica no Janela da Escuta. Revista aSEPHallus de Orientação Lacaniana, 14(28), 91-105. www.isepol.com/asephallus.

Santos, M. S; Xavier, A.; & Nunes, A. I. B. (2009). Psicologia do Desenvolvimento: teorias e temas contemporâneos. Brasília: Liber Livros.

Santos, V. M. dos, & D'Agord, M. R. de L. (2020). Incidências da Psicanálise na Instituição: Dispositivos Clínicos para Crianças e Adolescentes com Transtornos Psíquicos Graves. Estudos E Pesquisas em Psicologia, 20(3), 940–952. https://doi.org/10.12957/epp.2020.54358.

Silva, J. de P. e., & Alberti, S.. (2022). Política e Clínica no Trabalho Possível com Escolas Públicas: Contribuições da Psicanálise. Psicologia: Ciência E Profissão, 42, e240187. https://doi.org/10.1590/1982-3703003e240187.

Strzykalski, S., & Gurski, R. (2020). Adolescência e lampejos: a construção de políticas de "sobrevivência". Estilos Da Clinica, 25(1), 21-34. https://doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v25i1p21-34.

Veras, M. (2016). Adolescência, paradoxos de um conceito. In H. Caldas, A. Benfica & C. Boechat (Eds.), *Errâncias, adolescências e outras estações* (pp. 99-108). Belo Horizonte: Editora EBP.

Viola, D. T. D.; & Vorcaro, Â. M. R. (2015). O problema do saber na adolescência e o real da puberdade. *Revista de Psicologia USP, 26(1), pp. 62-70.*